

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA
DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL
UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE CIÊNCIAS/BAURU
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**



ÉTICA PROFISSIONAL: (RE) PENSANDO CONCEITOS E PRÁTICAS

BAURU/2008

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice- Presidente
José Alencar Gomes da Silva

Ministro de Estado da Educação
Fernando Haddad

Secretária da Educação Especial
Claudia Pereira Dutra

Reitor da Universidade Estadual Paulista – “Júlio De Mesquita Filho”
Marcos Macari

Vice-reitor
Herman Jacobus Cornelis Voorwald

Diretor da Faculdade de Ciências
Henrique Luiz Monteiro

Vice- Diretor
João Pedro Albino

Coordenadora do Curso: “**Práticas em Educação Especial e Inclusiva na área da Deficiência Mental**”.
Vera Lúcia Messias Fialho Capellini

DIVISÃO TÉCNICA DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
UNESP – Campus de Bauru

371.9 N352e	Neme, Carmem Maria Bueno. Ética profissional: repensando conceitos e práticas / Carmem Maria Bueno Neme, Márcia Cristina Argenti Perez In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). – Bauru : MEC/FC/SEE, 2008. 12 v. : il. ISBN 1. Educação inclusiva. 2. Ética. 3. Educação especial I. Neme, Carmem Maria Bueno. II. Perez, Márcia Cristina Argenti. III. Capellini, Vera Lúcia Messias Fialho. IV. Título.
----------------	---

Prezado professor ou profissional das áreas afins

Este caderno é parte do material didático, produzido por uma equipe de especialistas em Educação Especial, para subsidiar o desenvolvimento do curso de aperfeiçoamento em **“Práticas em Educação Especial e Inclusiva na área da Deficiência Mental”**. Esse material objetiva a veiculação de informações sobre a educação da pessoa com deficiência mental e seus desdobramentos para a inclusão social desta população.

Os cadernos que compõem o material didático são:

1. Educação a distância: desafios atuais.
2. Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente.
3. Desenvolvimento humano e educação: diversidade e inclusão.
4. Ética profissional: (re) pensando conceitos e práticas.
5. Informática aplicada à educação especial.
6. Família-escola: discutindo finalidades, rupturas e desafios no processo educativo.
7. Sexualidade infantil e orientação sexual na escola.
8. Repensando a avaliação.
9. Práticas educativas: ensino colaborativo.
10. Práticas educativas: adaptações curriculares.
11. Práticas educativas: manejo comportamental e comportamentos pró-sociais.
12. Práticas educativas: criatividade, ludicidade e jogos.

No curso, serão trabalhados temas gerais visando a possibilitar o acesso às informações sobre as causas da deficiência mental, aspectos conceituais, históricos e legais da educação especial, além de conteúdos específicos para auxiliar a sua prática pedagógica voltada para a diversidade, de maneira que, se necessário, você utilize adequações curriculares para garantir o aprendizado de todos os alunos.

Esperamos que este material possa contribuir a todos os profissionais que participam da construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais igualitária para todos.

Bom trabalho!

Vera Lúcia Messias Fialho Capellini
Coordenadora do Curso



Sumário

Apresentação	3
UNIDADE I - O que é ética: alguns conceitos importantes	5
UNIDADE II - A ética profissional: a ética do professor	12
UNIDADE III - Educação em foco: as contradições e os desafios da Escolarização	16
UNIDADE IV - A escola em uma perspectiva inclusiva e ética	21
Referências	27
Bibliografia Consultada	
Indicações:	
Sites	
Filmes e Vídeos	

Apresentação

Olá !!

Sou o Sr. Ética e voltei a ocupar espaço nas discussões atuais sobre a vida e a conduta humano social como há muito tempo não acontecia. Vivemos um momento, num país e num mundo em que as pessoas não são incentivadas a refletir sobre seu comportamento ou sobre o bem coletivo. Época do individualismo exacerbado, do consumismo desenfreado, da acumulação de bens e de informações, da busca do sucesso a todo custo e do descartável (quem não “serve” = produz bens de capital = deve ser descartado). É também a época da impaciência e da intolerância, onde a legitimação da hipocrisia e da corrupção tem conseqüências piores do que o próprio ato de corromper e falsificar.



No entanto, se quisermos sobreviver como seres humanos, se quisermos continuar habitando este maravilhoso planeta e se quisermos manter a liberdade e a democracia, teremos que pensar e fazer **ÉTICA**, educando para a cidadania e para a preservação de valores como igualdade, tolerância e dignidade.

Neste caderno, dedicado à discussão de questões éticas e da ética profissional do professor e da educação inclusiva, você poderá compreender melhor a importância deste tema nos dias atuais, refletindo como estas questões interferem em seu cotidiano, em sua profissão, em sua escola e em suas relações com seus alunos. Se as pessoas não forem ensinadas a pensar e a praticar a ética, se não dermos nossa contribuição como educadores, muito pouco podemos esperar no presente e no futuro quanto à melhoria de nossas condições de vida. Para isto, organizamos este caderno da seguinte forma:



Na UNIDADE I vamos estudar **aspectos atuais e conceituais acerca da ética**, que fazem dela algo que todo mundo discute e vive, mas que geram sempre muitas dúvidas. TEMPO DE ESTUDO: cerca de 1 hora.



Na UNIDADE II discutiremos as **aplicações da ética na prática profissional**, enquanto uma reflexão que se traduz em atitudes fundamentais, especialmente para os que têm outros seres humanos que dependem de seu trabalho. TEMPO DE ESTUDO: cerca de 1 hora.



Na UNIDADE III vamos discutir a escola, suas **contradições e desafios à escolarização**. TEMPO DE ESTUDO: cerca de 1 hora.



Na UNIDADE IV vamos refletir sobre a **escola** enquanto uma das importantes vias de acesso à cidadania e à oportunidade educacional para todos, retomando os aspectos éticos da conduta profissional do professor como co-responsável neste processo. TEMPO DE ESTUDO: cerca de 1 hora.



As **Referências Bibliográficas** e a **Bibliografia Consultada** visam apresentar as fontes nas quais nos baseamos para elaborar este caderno e indicar caminhos para os que querem se aprofundar um pouco mais nesses temas.



Incluimos indicações de **vídeos e sites** que podem ser procurados por você, quando quiser aprofundar seus conhecimentos e reflexões sobre os temas tratados aqui.

Esperamos apresentar com simplicidade um assunto dos mais relevantes e imprescindíveis para todo ser humano, especialmente para o educador. Esperamos ainda que possa se apaixonar por estas reflexões, fundamentais para nossa qualidade de vida e nossa prática profissional como educadores.



I. O que é Ética: alguns conceitos importantes

Ética pode ser entendida como uma reflexão sobre comportamentos humanos, de uma maneira diferente do que fazem os psicólogos, os sociólogos, os biólogos ou outros estudiosos do comportamento humano (VALLS, 2006)

A reflexão sobre nossas ações e a própria realização de determinadas ações e não de outras, pode ser denominada **ÉTICA**.

Fazer ética é refletir sobre o comportamento humano, buscando identificar o que é bom ou mau, correto ou incorreto, construtivo ou destrutivo, na perspectiva da vida e da qualidade de vida individual e coletiva.

O que é bom ou mau passa por critérios sócio-culturais e históricos, antes que se tenha um posicionamento individual.

De acordo com Valls (2006), os problemas teóricos da ética podem ser separados didaticamente em dois campos:



Os problemas gerais e fundamentais (consciência, liberdade, valor, bem, lei, etc.).

<http://www.podbr.com/data/images/shn/etica.jpg>



Os problemas específicos de aplicação concreta (ética profissional, ética política, ética sexual, bioética, etc.).

<http://istoedinamica.terra.com.br/blogdinheiro/fotos/137lixao.jpg>

Na vida real, esses problemas tratados de diferentes pontos de vista pelas diferentes áreas do conhecimento humano, não aparecem separadamente. Além disso, ética não é um conjunto de regulamentos prontos e definitivos que podem ser consultados quando temos que decidir sobre alguma conduta. Também não é algo que pertence à nossa natureza: não há uma “natureza humana” que defina o que é bom ou mau, antes da reflexão. Tudo isso depende do conjunto de regras pertinentes a um grupo social (moral). Vale lembrar que as pessoas mudam, assim como os conceitos, os valores e as culturas se modificam com o tempo.

Para Gianotti (1992, p. 243), existem muitas formas de moralidade, sendo que cada grupo social ou profissional tem sua identidade, delineada por normas consentidas. A infração destas normas gera censura ou mesmo a exclusão daquele grupo determinado

Quando a reflexão e a decisão ainda mais importante, pois é a que devem ser postas em prática no exercício da reflexão ética. O exercício profissional significa não apenas competência teórico-tecnica, mas a capacidade de respeitar e ajudar a construir a dignidade, a cidadania e o bem-estar daqueles com os quais nos relacionamos e que dependem de nossa ação.

Nada é definitivo!
Este é o grande desafio
da
reflexão ética.

“A ética se reporta, necessariamente, a toda prática humana, seja ela profissional ou não. A rigor, existe, ou deveria existir, uma ética aplicada a cada atividade profissional”

(Aguar; texto captado em 15/08/07 em http://www.catho.com.br/jcs/inpuer_view.phtml)

A Ética como ramo da Filosofia surgiu com os partir das reflexões de Sócrates, Platão e Aristóteles, passando depois com os Romanos e no decorrer de toda a história do conhecimento humano (JAPIASSU; MARCONDES, 1996).

No século XX, após a Segunda Guerra Mundial, o mundo se transformou pelo sofrimento e reflexão gerados por esse conflito armado que afetou valores, conceitos e a vida da população mundial.



Em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) que elaborou um documento histórico, a “*Declaração Universal dos Direitos Humanos*”, concluído em 1948. Esse documento visa ampliar os direitos e liberdades fundamentais de todas as pessoas e eliminar a possibilidade de fatos como os ocorridos na Segunda Grande Guerra. Infelizmente, ainda não se colocou em prática todos os princípios deste documento (Fundação Victor Civita, caderno 8, Ética e Cidadania, 2002)

A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* baseou-se em princípios antigos que foram retomados e fortalecidos pela Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade constituem a fonte na qual nos inspiramos para buscar uma vida justa,

digna e cidadã, em que as discriminações e os preconceitos não tenham mais lugar (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, 2002)

A noção ética moderna: a ética e a moral

Ética não se constitui em um catálogo de valores particulares e alheios à prática dos grupos sociais, das sociedades e das áreas do saber. Para Chauí (2003), a ética moderna trata de um determinado coletivo, como ele se desenvolveu e como age. Já, a moral – um dos objetos da ética – é um conjunto de regras gerais de uma sociedade que, ao ser introjetada pelas pessoas, torna-se uma questão de consciência individual.

Ser **moral** significa se adequar e viver de acordo com as normas de uma determinada sociedade. Ser **imoral** significa conhecer as normas e não segui-las. O indivíduo considerado **amoral** é o que não segue as normas sociais por desconhecê-las ou não compreender os seus valores.

A ética, entretanto, está acima da moral: ela analisa e critica a moral, embora com ela se relacione. A moral diz respeito aos conceitos abstratos de certo e errado para cada consciência, enquanto a ética procura resolver os dilemas dos grupos por meio da reflexão e do debate social acerca da ação concreta desta ou daquela comunidade. A ética, portanto, relaciona-se com o Direito, com a Justiça, com a Política, com as Leis e com as práticas científicas e profissionais (ROSAS, 2002).

Ser ético significa viver coerentemente com uma linha ética, aproximando o que penso daquilo que faço, buscando o benefício e a qualidade de vida de todos, da humanidade. A finalidade da ética é orientar a prática (VALLS, 2006)

Mas como encara a ética? Ética é a reflexão sobre as ações humanas, de muitas determinações; o que é o bem?

Aprender a viver em sociedade, buscando o bem-estar e a qualidade de vida para todos é o grande desafio ético da atualidade.

Ao discutir a existência ética, Chauí (2003, p.8) trata da diferenciação entre senso e consciência moral. Para a autora, nossos sentimentos e ações, assim como nossas dúvidas acerca da correção de uma determinada decisão, exprimem nosso senso

Embora as pessoas possuam características concretas, nas quais nascem, crescem, vivem e morrem, elas, que devem ser levados em conta, têm também aspectos ~~comuns~~, adquiridos na vida coletiva. Ninguém nasce “pai”, “mãe”, “advogado”, “cientista” ou “professor”. “Ser” isto ou aquilo, só tem sentido dentro de uma comunidade concreta, que se identifica com determinados paradigmas e que definem a ética de seu grupo.

Cidadania, dignidade, autonomia, tolerância e outros valores éticos não nascem com a gente. É um contínuo processo de aprendizagem; uma busca incessante do homem em sua trajetória histórica. Tais valores (abstratos) só se tornam concretos (ética) por meio da análise crítica, da reflexão e do conhecimento; de sentimentos, da consciência e de ações.

<http://www.faac.unesp.br/pesquisa/tolerancia/> (captado em 12/08/07)

*"A tolerância reconhece e respeita a diversidade cultural
contrapondo-se à cultura que domina e marginaliza as outras"*

Recentemente 147 chefes de Estado e de governo participaram em Nova York do encontro denominado Cúpula do Milênio das Nações Unidas. O documento final elenca seis “valores fundamentais” para as relações internacionais neste século: liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito à natureza e responsabilidade compartilhada.

Aos três primeiros, inaugurados na Revolução Francesa, somam-se agora outros três, que retratam a realidade específica dessa virada do milênio. De fato, estes correspondem a três grandes desafios de que tomamos consciência, enquanto humanidade, nas duas últimas décadas: a degradação ambiental que ameaça a vida do planeta como um todo, a nossa interdependência na solução dos problemas e a necessidade de convivência na diversidade de raças, crenças e culturas. Este último, ou seja, a tolerância, é o propósito de nossa reflexão.

O conceito de tolerância foi construído na modernidade como pressuposto do valor liberdade, a grande marca da ética moderna. Contudo, a tolerância entendida no contexto atual tem sentido tão específico que não somente o diferencia daquele do iluminismo mas, em alguns aspectos, até mesmo o contradiz. Daí porque o consideramos um valor ético para o século XXI.

O pensamento moderno introduz o valor tolerância principalmente no âmbito das relações entre o catolicismo e as outras correntes do cristianismo. Foi neste sentido que John Locke publicou em 1689 Carta acerca da tolerância e Voltaire, em 1763, Tratado sobre a tolerância. Tendo como referência o cristianismo e as idéias iluministas, o sentido moderno de tolerância acabou por significar a atitude de ‘suportar’ aquele ou aquilo que se apresentasse como desvio da norma, do padrão, do modelo. O ato de tolerar referia-se, pois, ao comportamento do superior em relação ao inferior, a conotação ainda presente em muitos dicionários.



Na última década, entretanto, o termo reaparece no debate filosófico com dois sentidos bastante próprios. O primeiro resgata a tradição do pensamento liberal moderno, reafirmando o respeito à diversidade cultural, porém, agora inserida numa democracia pluralista. Já o segundo opera o conceito de tolerância articulando a diversidade cultural e a desigualdade social.

O que brota é um novo conceito de tolerância, em que a ética da convivência entre os diferentes implica na ação solidária para a superação das desigualdades sociais. Aqui a tolerância reconhece e respeita a diversidade cultural, contrapondo-se à hegemonia de uma cultura que domina e marginaliza as outras.

As questões éticas estão presentes em nossa consciência moral. Os conceitos de BEM e de MAL são fundamentais para a sociedade (CHAUÍ, 2003)

A vida e a qualidade de vida não vão melhorar apenas por meio do desenvolvimento científico e tecnológico, mas pelo debate e pelo comportamento ético dentro da família, da escola e da comunidade.

dependem de atitudes tomadas aos olhos das pessoas e

Uma boa educação escolar é fundamental para a erradicação da miséria e da ignorância, bem como para a construção de um país melhor. Para isto, é preciso

enfrentar os dilemas e as contradições da educação e da escolarização como direito e oportunidade para todos.



Tão diferentemente
iguais.....

<http://ctc.fmrp.usp.br/casadaciencia/bibliotecas/imagens/grupos/diversidade.jpg>

As pessoas mudam; a sociedade, os modelos de família, as relações entre as pessoas e o estilo de vida mudaram muito nas últimas décadas. A escola e o educador precisam refletir sobre estas mudanças e repensar valores e ações, construindo uma nova práxis.

A Ética é uma práxis. Pois o agente, a ação e a finalidade do agir são inseparáveis.
(CEMBRANELLI, 2007)



II. A ética profissional: a ética do professor

A base de uma sociedade democrática reside na educação pública de qualidade, que ofereça a todos as mesmas oportunidades educativas. Esta garantia é fundamental para o bem-estar e o desenvolvimento em todos os sentidos, de todas as crianças e jovens de uma sociedade.

Todos devem estar seriamente comprometidos com uma educação de qualidade que promova o desenvolvimento das capacidades das pessoas, para que possam viver uma vida plena, contribuindo para o bem-estar de toda a sociedade.

O professor e a equipe escolar são elementos-chave para que os princípios de igualdade de oportunidades, tolerância, justiça, liberdade e confiança na comunidade passem da reflexão à ação, eliminando preconceitos e discriminações que impedem a vida e a qualidade de vida de tantas crianças e jovens em nossa sociedade. O exercício de critérios responsáveis está no centro da atividade profissional e das ações dos professores e equipe escolar (CONTRERAS, 2002)

A Ética profissional começa com a reflexão e deve ser iniciada antes da prática profissional. Ao escolher uma profissão, todo indivíduo passa a ter responsabilidades e deveres profissionais obrigatórios. Ser ético é basicamente aprender a agir sem prejudicar os demais, pensando também na felicidade e alegria de viver.



“Viver e não ter a vergonha de ser feliz, cantar e cantar e cantar a beleza de ser um eterno aprendiz”.

Gonzaguinha

Como educador, ser ético é gerar possibilidades de escolha, mesmo quando as condições sócio-culturais são marcadas pela falta de recursos. É gerar condições para que barreiras possam ser ultrapassadas.

Nas palavras do educador:

“Não se pode oferecer uma escola pobre para o pobre, de tal forma que aumentem-se as barreiras para a aquisição da cultura” (José Misael do Valle, 2006; aula inaugural da Pós-Graduação em Ensino de Ciências).

Diferentes autores definem a ética profissional como um conjunto de normas de conduta com uma função reguladora da “ética” aplicada ao exercício profissional. A ética profissional regularia a relação do profissional com sua clientela, visando a preservação da dignidade humana e do bem-estar no contexto social e cultural no qual a profissão é exercida. Todas as profissões estão vinculadas à ética profissional, mesmo que esta não se expresse por um conjunto de normas ou código específico. De modo geral, as profissões estão referidas a regulamentos que determinam sua natureza e seus limites, com um caráter normativo e até mesmo jurídico (VICENTIN, 2005).

A ética profissional é um conjunto de normas que regulam a conduta dos profissionais. Embora os códigos de ética profissional sejam regras que foram criadas através de uma reflexão ética, mas na verdade é um conjunto de normas que vão além do campo profissional. Muitas questões importantes que enfrentamos hoje, como a pena de morte, a eutanásia, a violência, o suborno, a corrupção, o desemprego, dentre tantas outras, são questões morais que pedem uma profunda reflexão ética de todos os profissionais, em qualquer área da atividade profissional.

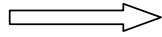
A ética não pode ficar confinada à dimensão privada e individual. Grandes problemas éticos se localizam na família, na sociedade civil e no Estado. Cada profissional tem responsabilidades que extrapolam o individual, configurando-se responsabilidades sociais que envolvem não só os que dependem de seu trabalho, mas a sociedade como um todo (VALLS, 2006)

A ação profissional requer competência e eficiência, além de atitudes e condutas consonantes com princípios éticos essenciais. Uma classe profissional se define pela natureza comum do conhecimento exigido e pela identidade de habilidades específicas, necessárias ao desempenho de uma determinada profissão dentro de uma sociedade (COSTA; GOMEZ, 2003)

O desempenho profissional ético, depende de qualidades pessoais que podem ser adquiridas com esforço no decorrer da atividade profissional e que, integradas ao modo de ser do profissional, facilitam a incorporação e o desempenho dos deveres profissionais.

É por meio da compreensão do mundo, dos outros e de nós mesmos, além das interações entre todos, que nos tornamos preparados para o incerto, aprendemos a intervir e estabelecer o alicerce para a cidadania (ALARCÃO, 2003)

Ética Profissional: Como é esta reflexão?



Alguns questionamentos podem ajudar a iniciar esta reflexão.

Estou agindo coerentemente com os princípios éticos que norteiam minha profissão?

Estou sendo um bom profissional, agindo com competência e correção no meu dia-a-dia de trabalho?

No desempenho de meu trabalho, estou preocupado com o bem-estar e o desenvolvimento pleno de meus alunos, disponibilizando oportunidades verdadeiras para que sejam beneficiados por minha ação profissional?

Meus relacionamentos profissionais estão voltados para o respeito à dignidade humana e a construção do bem-estar no contexto sócio-cultural em que me encontro?

O que faço está adequado ao conjunto de valores e de atitudes essenciais que assumi ao exercer esta profissão? Quais são esses valores e atitudes fundamentais?

Até que ponto, com minha conduta profissional, estou promovendo a inclusão de meus alunos com necessidades especiais; estou sendo autônomo e promovendo a autonomia e a tolerância; estou dialogando com meus pares estimulando a ética discursiva, a reflexão ética, a abertura e a empatia?

Até que ponto estou agindo eticamente, fazendo o que deve ser feito, independentemente de ter ou não alguém me olhando, me supervisionando ou me elogiando?

Para que o professor desempenhe seu relevante papel social na promoção de uma sociedade ética, é necessário que assuma compromissos profissionais básicos consigo mesmo, com a prática profissional, seus colegas de profissão, seus alunos, pais, comunidade e sociedade

Com base em texto publicado em <http://www.fenprof.pt> (**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES – FENPROF**; captado em 10/08/07), sintetizamos alguns dos indicadores que podem nortear a reflexão e a ética profissional do professor:

- Colaborar para oferecer a todos uma educação de qualidade, justificando a confiança pública e aumentando o respeito pela profissão;
- Garantir que o conhecimento profissional seja constantemente aperfeiçoado e atualizado;
- Lutar junto a seus pares, para a obtenção de condições de trabalho justas, incentivando o ingresso de pessoas altamente qualificadas na profissão;
- Apoiar todos os esforços para promover a democracia e os direitos humanos por meio da educação;
- Respeitar os direitos de todas as crianças e, em particular dos alunos, para que possam se beneficiar da educação;
- Promover o bem-estar de todos os alunos, protegendo-os de intimidações e abusos físicos e psicológicos ou quaisquer formas de violência;
- Atentar para os problemas que afetam o bem-estar dos alunos, tratando-os com cuidado, dedicação e respeito profissional;
- Auxiliar para que todos os alunos desenvolvam um conjunto de valores, de acordo com os padrões internacionais de direitos humanos;
- Reconhecer a individualidade e as necessidades específicas de cada aluno, estimulando-o para que desenvolva plenamente suas potencialidades;
- Proporcionar condições para o desenvolvimento concreto do direito e do sentimento dos alunos de pertencerem à comunidade;
- Exercer a autoridade com justiça e solidariedade;
- Garantir que a relação privilegiada entre professor e aluno não seja utilizada para fins de controle ideológico ou outras finalidades;
- Colaborar para o desenvolvimento de relações amigáveis e de respeito profissional com os colegas;
- Manter a confidencialidade sobre informações relacionadas aos colegas, obtidas no decurso da prática profissional, a menos que seja impedido por lei ou dever profissional;
- Reconhecer o direito dos pais de acompanharem, por meios previamente estabelecidos, o bem-estar e o progresso de seus filhos na escola;
- Respeitar a autoridade legal dos pais, mas também auxiliar e aconselhar, tendo em vista o interesse da criança;
- Empreender todos os esforços possíveis para envolver ativamente os pais na educação das crianças e jovens, auxiliando o processo de aprendizagem de todos os alunos indistintamente.

["Hoje, mais do que nunca, os professores são educadores para o futuro"](#)

Ricardo Jorge Costa; José Antonio Caride Gómez; Jornal "a Página" , ano 12, nº 125, Julho 2003, p. 11

<http://www.fenprof.pt>



III. Educação em foco: as contradições e os desafios da escolarização

A educação escolar constitui-se um desafio para a sociedade, já que sua organização e funcionamento nunca garantiram igualdade de condições e oportunidades para toda

a população. A instituição escolar, estruturada racionalmente pelo modelo de sistema de ensino e administrada pelo Estado, é uma organização que se estrutura a partir do século XVIII de forma concomitante com a expansão do capitalismo e com o advento da conquista dos direitos para o exercício da cidadania.



É com o processo de modernização da sociedade que a escola se faz necessária para a formação da população em geral. No entanto, a educação escolar, mesmo com a democratização do acesso ao ensino, permaneceu diferenciada entre os segmentos sociais, pois para a classe dominante, a escola foi idealizada como um meio de formação intelectual e acadêmica; já para as camadas populares, a escola era vista como um meio de qualificação para o trabalho e de mobilidade social.



Refletir sobre alguns encontros e desencontros da educação escolar envolve um exercício de compreensão da dinâmica de movimentos educacionais, historicamente legitimados, como é o caso do processo de democratização do ensino escolar, efetivado ao longo do século XX, segundo interesses políticos e econômicos, na forma de acesso das massas populares aos *bancos escolares*, sem garantias de qualidade no acesso aos *saberes escolares*.



A instituição escolar mostra-se como instrumento de educação diferenciado das formas básicas existentes, como a família e a comunidade, que se configuram pela fragmentação e assystematização de suas práticas. Ao contrário, a cultura propagada pela instituição escolar apresenta-se com o intuito de produzir e reproduzir uma homogeneidade social, sendo parcialmente determinada por conflitos e por relações de dominação. Os grupos dominantes desempenham uma forte influência

nas orientações das instituições escolares no que se refere à seleção dos conteúdos, à constituição dos currículos e às práticas educativas.



Ao refletirmos sobre as contradições da história da educação escolar, observamos que ao mesmo tempo em que princípios de igualdade são ressaltados com o acesso à escolarização, procedimentos de segregação social são legitimados, oferecendo uma qualidade de ensino desigual para os diferentes segmentos sociais. Devemos ressaltar que o incentivo à democratização do ensino a serviço do desenvolvimento econômico fez com que a educação escolar fosse responsabilizada pelo avanço econômico e pela amenização das desigualdades sociais. Todavia, essa lógica foi fortemente abalada com a massificação do ensino, já que esta consolidou e reproduziu as desigualdades sociais, além de produzir desigualdades escolares.



Segundo Althusser (1989), as escolas historicamente legitimaram-se como espaços da sociedade que integram as tarefas e as habilidades divididas pelas relações de trabalho, produzindo princípios que direcionam e harmonizam as relações sociais no trabalho e na sociedade. Sendo assim, a escola contribui para a construção da subjetividade, visto que recebe educandos de diferentes classes sociais que absorvem habilidades necessárias para, posteriormente, ocuparem posições específicas de classe na divisão ocupacional do trabalho.



Bourdieu e Passeron (1982) superam em suas considerações a relação da escola como um instrumento de reprodução da sociedade, uma vez que acreditam que as práticas escolares são relativamente autônomas e que as influências sociais, políticas e econômicas são indiretas. Deste modo, ao contrário das relações de dominação e controle social estarem diretamente interferindo na estruturação e funcionamento das escolas, os autores denunciam uma influência ainda mais

perversa, que se constitui no universo simbólico da dominação. Nas práticas escolares, ao invés de se impor disciplina, opressão e controle das reproduções das relações de poder, sutilmente busca-se unificar em todo o processo de escolarização princípios e valores de uma classe dominante, que direciona os interesses de poder e diferenciação, legitimados pelos ensinamentos valorizados e instituídos no currículo escolar.



Bourdieu (1994) enfatiza que a sociedade de classes se mantém por uma “violência simbólica” que vai além das exclusões produzidas pelo poder econômico, pois o poder das representações simbólicas torna-se um elo mediador entre os interesses da classe dominante e a efetivação da manipulação na vida cotidiana. Sendo assim, no universo escolar os interesses das classes dominantes não são impostos de forma arbitrária e sim embutidos no currículo escolar e nas práticas de ensino como necessários e naturais para a ordem e desenvolvimento da sociedade.

Para Nogueira e Nogueira (2002, p. 87):

Formalmente, a escola trataria a todos de modo igual, todos assistiriam às mesmas aulas, seriam submetidos às mesmas formas de avaliação, obedeceriam às mesmas regras e, portanto, supostamente, teriam as mesmas chances. Bourdieu mostra que na verdade, as chances são desiguais. Alguns estariam numa condição mais favorável do que outros para atenderem às exigências, muitas vezes implícitas da escola.



As teorias da reprodução cultural abrem caminho para uma compreensão mais profunda do currículo e das práticas de ensino, uma vez que se acredita que a cultura escolar é a cultura dominante camuflada; a grade curricular, os conteúdos, as avaliações seriam escolhidos em razão de conhecimentos, valores e interesses das classes dominantes.



A estrutura hierárquica do sistema de ensino promove a prática de diferenciação de cada aluno “de acordo com a ‘altura’ até a qual ascendeu na pirâmide do sistema escolar e segundo o itinerário pelo qual chegou lá” (SACRISTÁN, 2001, p.47). A escola, ao estabelecer seu currículo e suas práticas de ensino, pode legitimar e reproduzir as desigualdades sociais, convertendo-as em diferenças na aprendizagem, relacionadas aos méritos e dons individuais dos educandos.



A democratização do acesso à frequência escolar e aos saberes, a interação entre escola e comunidade, o diálogo entre professores e alunos, a revisão de métodos e recursos pedagógicos e a adoção de uma nova mentalidade da educação para a formação dos educandos são condições indispensáveis para a superação dos graves problemas da educação brasileira.



Converter as desigualdades sociais de acesso à escolarização depende da instauração de valores sociais coletivos acerca da valorização e necessidade da cultura escolar para a formação e desenvolvimento dos educandos.

Podemos pensar na ética como o caminho para a renovação da educação escolar. Devemos nos questionar: o que significa igualdade hoje? Como exigir que professores da Educação Básica, aqui no Brasil, mobilizem-se de modo a enfrentar questões de ordem ética em suas práticas profissionais, se são desvalorizados e desrespeitados pela sociedade? Como superar estas contradições?



Para finalizarmos, apresentamos um texto de Paulo Freire que atenta para questões relacionadas ao processo de constituição do “ser educador”.



1. NINGUÉM NASCE FEITO: É EXPERIMENTANDO-NOS NO MUNDO QUE NÓS NOS FAZEMOS

Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tomamos parte.

Não nasci professor ou marcado para sê-lo, embora minha infância e adolescência tenham estado sempre cheias de “sonhos” em que rara vez me vi encarnando figura que não fosse a de professor.

“Brinquei” tanto de professor na adolescência que, ao dar as primeiras aulas no curso então chamado de “admissão” no Colégio Osvaldo Cruz do Recife, nos anos 40, não me era fácil distinguir o professor do imaginário do professor do mundo real. E era feliz em ambos os mundos. Feliz quando puramente sonhava dando aula e feliz quando, de fato, ensinava.

Eu tinha, na verdade, desde menino, um certo gosto docente, que jamais se desfez em mim. Um gosto de ensinar e de aprender que me empurrava à prática de ensinar que, por sua vez, veio dando forma e sentido àquele gosto. Umas dúvidas, umas inquietações, uma certeza de que as coisas estão sempre se fazendo e se refazendo e, em lugar de inseguro, me sentia firme na compreensão que, em mim, crescia de que a gente não é, de que a gente está sendo.

Às vezes, ou quase sempre, lamentavelmente, quando pensamos ou nos perguntamos sobre a nossa trajetória profissional, o centro exclusivo das referências está nos cursos realizados, na formação acadêmica e na experiência vivida na área da profissão. Fica de fora como algo sem importância a nossa presença no mundo. É como se a atividade profissional dos homens e das mulheres não tivesse nada que ver com suas experiências de menino, de jovem, com seus desejos, com seus sonhos, com seu bem-querer ao mundo ou com seu desamor à vida. Com sua alegria ou com seu mal-estar na passagem dos dias e dos anos.

Na verdade, não me é possível separar o que há em mim de profissional do que venho sendo como homem. Do que estive sendo como menino do Recife, nascido na década de 20, em família de classe média, acossada pela crise de 29. Menino cedo desafiado pelas injustiças sociais como cedo tomando-se de raiva contra preconceitos raciais e de classe a que juntaria mais tarde outra raiva, a raiva dos preconceitos em torno do sexo e da mulher.

(...)

Não nasci, porém, **marcado para ser** um professor assim. Vim me tornando desta forma no corpo das tramas, na reflexão sobre a ação, na observação atenta a outras práticas ou à prática de outros sujeitos, na leitura persistente, crítica, de textos teóricos, não importa se com eles estava de acordo ou não. É impossível ensaiarmos estar sendo deste modo sem uma abertura crítica aos diferentes e às diferenças, com quem e com que é sempre provável aprender.

Uma das condições necessárias para que nos tornemos um intelectual que não teme a mudança é a percepção e a aceitação de que não há vida na imobilidade. De que não há progresso na estagnação. De que, se sou, na verdade, social e politicamente responsável, não posso me acomodar às estruturas injustas da sociedade. Não posso, traindo a vida, bendizê-las.

Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos na prática social de que tomamos parte.

Paulo Freire. *Política e Educação*.
São Paulo, Cortez, 1993. p. 79-80; 87-8.



IV. A escola numa perspectiva inclusiva e ética

Embora o bem comum não dependa apenas da escola e da educação, é na escola, e por meio da educação que as crianças e jovens devem ter a oportunidade de viver e aprender estes valores. Uma das mais importantes vias de acesso para a cidadania é a escola comprometida com princípios e comportamentos éticos fundamentais. A escola e o professor são os principais agentes de superação das inúmeras contradições sociais com as quais convivemos e que nos fazem pensar, que nos levam a refletir e a fazer ética.

É no convívio escolar que crianças e jovens podem ter importantes experiências dignificantes e construtivas de sua personalidade e cidadania, mas é também na escola que podem experienciar situações significativas de fracasso e de exclusão social precocemente. O preconceito e a discriminação; o desrespeito e a humilhação, são sérios obstáculos ao bem-estar e à conquista da cidadania, demonstrando a brutal intolerância à diferença que ainda existe em nossa sociedade.

Quando julgamos alguém sem conhecê-lo, estamos praticando o “pré conceito”, pois estamos formando opiniões (julgamentos) que comumente desvalorizam e desrespeitam a pessoa. Os estereótipos são criados quando fazemos generalizações superficiais e distorcidas, aplicando este julgamento para todos os membros de um grupo que apresentam determinadas características comuns. Em geral, os estereótipos desqualificam o grupo de indivíduos que pertencem a determinado sexo, raça ou grupo social. Preconceitos e estereótipos levam à discriminação: fazer com que o outro se sinta diminuído, menos importante e menos digno (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, 2002)

Vivemos rodeados de pessoas diferentes de nós e somos, também, diferentes para os outros que nos rodeiam. Podemos dizer que não há uma só pessoa igual à outra, mas ao mesmo tempo, somos iguais, apesar de nossas diferenças; afinal, somos todos seres humanos!

Já pensou se não existissem as diferenças? O mundo seria um tédio enorme! Nada teríamos a aprender, nada a mudar ou superar, nada que colorisse o mundo e nos despertasse para pensar...

Veja este trecho de um belíssimo poema de Drummond de Andrade e reflita:

Todas as guerras do mundo são iguais.

Todas as fomes são iguais.

Todos os amores, iguais, iguais, iguais.

Iguais todos os rompimentos.

A morte é igualíssima.

Todas as criações da natureza são iguais.

Todas as ações, cruéis, piedosas ou indiferentes são iguais.

Contudo, o homem não é igual a nenhum outro homem, bicho ou coisa.

Ninguém é igual a ninguém.

Todo ser humano é um estranho ímpar.

(Carlos Drummond de Andrade. *A palavra Mágica*. Rio de Janeiro: Record, 1997)



Infelizmente, vivemos rodeados de intolerância, indiferença, preconceito e discriminação!

Pesquisas sobre violência psicológica sofrida por crianças e adolescentes tidos como “diferentes” (atualmente chamada de *bullying*), mostram que a escola é o lugar onde isto mais acontece, gerando sérios e duradouros prejuízos ao desenvolvimento e à

vida destas pessoas. Algumas nunca se recuperam e chegam a desenvolver doenças psíquicas e sociais muito graves (FANTE, 2005)

Essas crianças e adolescentes são discriminados e passam a ser vítimas de chacotas por serem gordinhos ou magrinhos; por serem negros; por usarem óculos; por não ouvirem; dentre outras condições que os levam a ser vistos como “diferentes” pelas outras crianças e pelos adultos, que também os identificam por apelidos e não previnem nem impedem este tipo de violência. Programas escolares criados para prevenir e eliminar tais práticas de violência mostram ser eficazes quando dele participam ativamente professores, pais e toda a comunidade da escola.



Embora no Brasil já tenhamos um documento desde 1990, constituído por leis e medidas de proteção integral à criança e ao adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda é pouco conhecido e, por vezes, não aplicado.

A escola deveria ser o local privilegiado no qual os direitos de todas as crianças e jovens fossem respeitados e protegidos, principalmente quando existe qualquer tipo de risco para sua saúde, dignidade, bem-estar e desenvolvimento integral.

A educação de qualidade é um direito de todos e, de acordo com o Plano Nacional de Educação, as crianças com deficiências têm o direito de receber educação, de preferência na rede regular de ensino (art. 208, III). O direito à educação e, sempre que possível, em conjunto com os demais alunos nas escolas regulares, é a diretriz atual, para a máxima integração das pessoas com necessidades especiais (<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ees>).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 10% da população têm deficiências de diferentes ordens: visuais; auditivas; físicas; mentais; múltiplas e comportamentais, além de superdotação ou altas habilidades. A escola inclusiva é o grande avanço a ser conquistado, garantindo o pleno atendimento à diversidade humana (<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ees>)

Cabem, portanto à escola e ao professor, do ponto de vista ético, promover atitudes respeitadas e de acolhimento aos seres humanos que apresentam deficiências,

demonstrando em suas relações com seus alunos, o que significa tolerância e cidadania.

Terminamos, reproduzindo um trecho de entrevista concedida por Paulo Freire sobre a Escola Cidadã, gravada em São Paulo, no Instituto Paulo Freire, para a série *Projeto Político-Pedagógico da escola*, apresentada no programa Salto para o Futuro/TV Escola/SEED/MEC, de 20/04 a 30/04 de 1997. A série teve a consultoria de Moacyr Gadotti e a mediação de Gaudêncio Frigotto (<http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/>)



“Então, o respeito à fala do outro implica saber escutar o outro e não posso ser um educador democrático se eu não escuto o outro. Ainda do ponto de vista do saber ou do aprender a escutar, há uma importância fundamental no saber escutar diferente. Como é que pode uma professora que se pensa democrática não dar ouvido à fala do diferente? Quer dizer, você discrimina o diferente só porque ele é diferente de você. Então, aprender a escutar o diferente, a cultura diferente, aprender a valorizar o diferente de nós é absolutamente fundamental para o exercício da autonomia. Quer dizer, a professora que fecha seus ouvidos à dor, à indecisão, à angústia, à curiosidade do diferente é a professora que mata no diferente a possibilidade de ser”

Sabemos que a educação é um direito social e para que a educação se coloque no campo dos direitos, é necessário reconhecer o direito à diferença. Esta questão precisa ser levada a sério pelos educadores e pelos políticos.

“Especialmente na profissão docente afirma-se e reivindica-se a condição ética na medida em que estamos a falar de profissionais que trabalham na sociedade e que devem trabalhar, necessariamente, em prol dela” (COSTA; GOMEZ, 2003).

“Na verdade, é a condição de uma sociedade que garante a todos os seus membros o usufruto efetivo de bens materiais, simbólicos e políticos. É a qualidade da sociedade que assegura a seus integrantes a condição de cidadania. Ainda que diferentes entre si, por tantos outros aspectos, numa sociedade efetivamente democrática, os homens tornam-se iguais sob o ponto de vista da condição comum de cidadãos” (SEVERINO, 1994, p. 98)

“(...)Grande parte dos problemas que enfrentamos como categoria profissional, inclusive no interior das salas de aula, parece ter relação imediata com essa lastimável desconfiança quanto à intervenção escolar e, por extensão, à atuação do educador. Além disso, se a imagem social da escola está ameaçada, algo de ameaçador está acontecendo também com a idéia de cidadania no Brasil, uma vez que não há cidadania sustentável sem escolarização” (AQUINO, 2000, p. 105).

Terminamos, enfatizando o compromisso que a escola tem de realizar a formação moral de seus alunos, num modelo educativo que qualifique a condição existencial do homem em sociedade: uma educação cidadã e democrática.



Referências

- ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1989.
- AQUINO, J.G. **Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.
- AQUINO, J. G. **Do cotidiano escolar: ensaios sobre ética e seus avessos**. São Paulo: Summus, 2000.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ees>; captado em 15/08/07.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1982.
- BOURDIEU, P. **Poder simbólico**. Lisboa: Editora. Difel, 1994.
- CEMBRANELLI, F. **Um projeto de humanização: para que, para quem?** 2007. <http://www.portalthumaniza.org.br/ph/texto.asp>
- CHAUÍ, M. **A existência ética**. Cadernos de Formação: Pedagogia Cidadã - Ética e Cidadania, São Paulo: UNESP- Pró-reitoria de graduação, 2003, p. 7-13
- CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.
- COSTA, R.J.; GÓMEZ, J.A.C. Hoje, mais do que nunca, os professores são educadores para o futuro. **Jornal “A Página”**, ano 12, no. 125, julho 2003, p. 11; A Página da Educação; <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp> (captado em 10/08/07)
- FANTE, C. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Campinas: Versus, 2005.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES – FENPROF <http://www.fenprof.pt> captado em 10/08/07.
- FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. **Ética e cidadania**. Programa de Aprendizagem para Professores dos Anos Iniciais da Educação Básica-, caderno 8; São Paulo: FVC, 2002.

GIANOTTI, J.A. Moralidade Pública e Moralidade Privada. In: Aauto Novaes (org). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.239-245.

JAPIASSU, H; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

NOGUEIRA, C.M.M.; NOGUEIRA, M.A. A Sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação e sociedade**, Campinas, vol, 23, n.78, 2002, p. 56-78.

PALMA FILHO, J.C. **Cidadania e educação**. Cadernos de Formação: Pedagogia Cidadã - Ética e Cidadania, São Paulo: UNESP- Pró-reitoria de graduação, 2003, p. 95-112.

ROSAS, V.B. **Afinal, o que é ética?** <http://www.mundodosfilosofos.com.br/vanderlei>. 2002.

SACRISTÁN, J.G. **A educação obrigatória: seu sentido educativo e social**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SEVERINO, A.J. **Filosofia da educação: construindo a cidadania**. São Paulo: FTD, 1994.

UNESP- Bauru; Núcleo pela Tolerância. Faculdade de Arquitetura e Artes, Depto de Ciências Humanas. **Boletim Informativo**. Ano I- No. 1, 2001; captado em 12/08/07: <http://www.faac.unesp.br/pesquisa/tolerancia/>

VALLS, A.L.M. **O que é ética**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2006.

VICENTIN, S. O professor e a ética profissional; <http://www.sinpropar.org.br/> 2005.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AGUIAR, Emerson Barros. http://www.catho.com.br/jcs/inpuiter_view.phtml – captado em 12/08/07.

BAPTISTA, I. Entrevista. <http://www.apagina.pt/arquivo/ImprimirArtigo.asp>, captado em 15/08/07

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOT, G. (coord). Programa Café com Letras PADRE BETO, Palestra- **Ética: igualdade e diversidade**. DVD, Bauru: Livraria Jalovi, 2007.

PARO, V.H **Reprovação escolar: renúncia à Educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PEREZ, M.C.A. **Infância, família e escolarização**: práticas educativas e seus efeitos no desempenho de crianças das camadas populares. São Carlos: Suprema, 2007.

PEREZ, M.C.A e BORGHI, R.F.(Orgs.) **Educação**: políticas e práticas. São Carlos: Suprema, 2007.

PETITAT, A. **Produção da escola, produção da sociedade**. Porto Alegre: Artes Médicas., 1994.

SROUR, Robert Henry. <http://br.geocities.com/educatrabalho/etica.html>. captado em 16/08/07

VASQUES, M.H.B; PALIPÉRIO, F.C.M.C. Educação: Pluralidade, Ética e Competência na Formação Profissionalizante Continuada dos Educadores. <http://www.hottopos.com/vdlettras7/monica.htm>, 2003.



Textos on line

Artigo: BOING, Luiz Alberto. A Profissionalização Docente
www.pedroarrupe.com.br/upload/A%20Profissionaliza%C3%A7%C3%A3o%20Docente.pdf



Sites

<http://www.mj.gov.br/sndh> - Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.

<http://unicef.org.br>- Unicef (órgão das Nações Unidas)

<http://mec.gov.br> (Ministério da Educação)

<http://ibase.org.br> – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

<http://www.direitoshumanos.usp.br>- Comissão de Direitos Humanos da USP

<http://www.mj.gov.br/sndh> - Secretaria Nacional dos Direitos Humanos

<http://www.apagina.pt>

<http://www.crmariocovas.sp.gov.br>

<http://www.scielo.br>

<http://www.fenprof.pt>



1- Reflita sobre os dilemas abaixo:

Ana é professora há mais de 20 anos. Sente-se cansada pelas condições adversas de seu trabalho: poucos recursos, baixos salários, muitos alunos com dificuldades de aprendizagem e muitos outros “indisciplinados”. Naquele dia, Marcos, um aluno que demonstrava dificuldades para respeitar limites, estava mais agitado. Ana, descontrolada, lhe disse, na frente de todos os colegas, que seus problemas de comportamento tinham origem na sua dinâmica familiar e na sua situação sócioeconômica (por não conhecer seu pai e morar na favela). O que você acha da atitude de Ana? De que outra maneira ela poderia lidar com a situação? Comente, fazendo uma reflexão que inclua os conceitos de ética e da ética do professor, que estudamos nesta disciplina.

Excluído: -

Célia é professora da segunda série. No início do ano, quando a professora da primeira série lhe apresentou sua futura turma, avisou que a aluna Bia não aprendia os conteúdos ministrados, independente da forma como eram apresentados, mas que, em compensação, era uma aluna quieta e obediente, “*dessas que nem parece que está na sala*”. Alertada pela colega, Célia, no decorrer do ano, não prestou muita atenção em Bia, pois concordou que “ela não aprendia mesmo” e, em sua sala, havia muitas crianças, muitas delas indisciplinadas, exigindo muito de sua atenção.

Excluído: em

O que você acha da postura de Célia? Comente, fazendo uma reflexão que inclua os conceitos de ética e da ética do professor, que estudamos nesta disciplina.

As respostas destas questões devem ser postadas no TelEduc, no Portifólio individual e conter, no máximo, 15 linhas.

- 2- Discuta com pelo menos 2 colegas de profissão, o que entendem por ética. A seguir, discutam qual o papel do professor na reflexão e nas ações éticas na sociedade. Façam anotações das respostas do grupo, sintetizem e redijam uma narrativa de 10 a 15 linhas sobre a experiência e exponham suas considerações a respeito do assunto.
- A narrativa deve ser postada no TelEduc, no Portifólio individual e conter, no máximo, 15 linhas.

Excluído: faça

Excluído:

Excluído: .



TEMPO TOTAL DEDICADO A ESTA DISCIPLINA: 10 horas.

Esperamos que nossos objetivos tenham sido atingidos e que você tenha gostado do tema que estudamos!!



Carmen e Marcia.



O pescador de ilusões. Direção Terry Gilliam (EUA, 1991) Um radialista bem-sucedido sem compromissos éticos, vive uma crise de consciência e encontra em seu caminho um homem simples que muda sua trajetória de vida. Este filme mostra como os valores e atitudes mudam o comportamento das pessoas.

A guerra do fogo. Direção Jean-Jacques Annaud (França/Canadá, 1981) Um filme épico sobre o homem primitivo e a descoberta do fogo. Pode propiciar um bom debate sobre o processo de humanização.

Gênio Indomável. Direção Gus Van Sant e outros (EUA, 1997) O filme mostra a vida de um jovem muito inteligente, que apresenta conduta social bastante inadequada. Vários profissionais tentam atendê-lo sem sucesso, obter sucesso. Sua vida muda quando um psicólogo consegue realizar o tratamento.

Relação de filmes que tratam, entre outros assuntos, sobre pessoas portadoras de deficiências e Educação Inclusiva:

Feliz Ano Velho. Roberto Gervitz. Brasil: Elite, 1987. 120 min. Nacional. Adaptação do livro "Feliz Ano Velho", romance autobiográfico do escritor Marcelo Rubens Paiva. Narra a trajetória de Mário, um jovem universitário que fica tetraplégico em um acidente e começa a relembrar fatos de sua vida.

Filhos do Silêncio. Randa Haines. Estados Unidos: CIC, 1986. 118 min. Drama. Professor especialista em linguagem dos sinais conhece e ajuda a introspectiva Sarah (Marlee Matlin), uma surda-muda problemática, com dificuldades de se relacionar com as pessoas.

Forrest Gump - O Contador de Histórias. Robert Zemeckis. Estados Unidos: CIC, 1994. 142 min. Comédia. Divertida e inteligente história sobre um jovem de Q.I. baixo (Tom Hanks) que acaba participando indiretamente dos mais importantes acontecimentos históricos dos Estados Unidos nas últimas décadas.

Gaby - Uma História Verdadeira. Luis Mandoki. Estados Unidos: 1987. 100 min. Drama. Baseado na história de Gabriela Brimmer, garota que nasceu com distúrbio neurológico que a impede de falar, andar ou se mexer. Com a ajuda da mãe e da governanta, ela consegue superar suas limitações e escrever um livro.

O Homem Elefante. David Lynch. Inglaterra/Estados Unidos: VTI, 1980. 125 min. Drama. Um inglês deformado devido a uma doença congênita, atração de um circo de aberrações, tenta reconquistar sua dignidade com a ajuda de um médico. Baseado em uma história verídica.

Mentes que Brilham. Jodie Foster. Estados Unidos: 1991. 99 min. Drama/Suspense. As dificuldades de uma criança de sete anos, com inteligência muito acima da média e

extremamente tímida. A mãe superprotetora e os interesses da diretora de uma escola para crianças superdotadas impedem que o garoto supere suas dificuldades de relacionamento.

Meu Filho, Meu Mundo. Gleen Jordan. Estados Unidos: Film Ways TV Productions, 1979. 96 min. Drama.

Drama feito para televisão a partir da obra de Barry N. Kaufman. É retratada a luta de um casal que tem um filho autista. São abordados temas como a deficiência mental e questões ligadas à psicologia, infância e adolescência. Disponível na videoteca do CRE.

Meu Pé Esquerdo. Jim Sheridan. Irlanda/Inglaterra: LK-Tel, 1989. 100 min. Drama. Baseado numa história real. Narra a trajetória de um garoto com paralisia cerebral, nascido numa pobre família irlandesa. Ao crescer, Christy tem a chance de mostrar ao mundo seu talento como escritor, poeta e pintor, utilizando, para isso, seu pé esquerdo como única ferramenta.

Para Lembrar um Grande Amor. Jeff Bleckner. Estados Unidos: Wayne Threm, James Thompson, 1985. 95 min. Drama. Narra a história da poetisa Barbara Wyatt Hollis que, no auge de sua carreira, enfrenta uma doença que afeta sua memória, suprimindo gradualmente sua saúde física e mental. Disponível na videoteca do CRE.

Perfume de Mulher. Martin Brest. Estados Unidos: CIC, 1992. 157 min. Drama. Estudante trabalha como acompanhante de um militar cego e angustiado em um final de semana. O comportamento excêntrico e autodestrutivo do militar, agravado pela bebida, resulta em uma relação repleta de dramas e revelações.

Excluído: -

O Piano. Jane Campion. Áustria/França/Nova Zelândia: Paris, 1993. 120 min. Europeu. No final do Século 19, a viúva Ada McGrath (Holly Hunter) viaja com a filha para a Nova Zelândia, onde se tornará a esposa de um fazendeiro, num casamento arranjado. Na bagagem, ela leva um piano. A música ajuda a personagem a superar a realidade bruta e selvagem.

Rain Man. Barry Levinson. Estados Unidos: Warner, 1988. 140 min. Drama. Charlie é um jovem egoísta que começa a cuidar do irmão autista Raymond para ficar com a herança do pai. Os dois irmãos terão de conviver com as diferenças em uma intensa jornada de conhecimento mútuo.

O Silêncio. Mohsen Makhmalbaf. Irã/França: PlayArte, 1998. 76 min. Europeu. Khorshid é um garoto cego cujo ouvido apurado permite que ele trabalhe como afinador em uma loja de instrumentos musicais. Certa vez, ouve melodias tocadas por um músico ambulante. Os novos sons viram uma obsessão ao jovem garoto.

Uma Lição de Amor. Jessie Nelson. Estados Unidos: PlayArte, 2001. 133 min. Drama. Mostra a luta de Sam Dawson (Sean Penn), um homem com problemas mentais, para ficar com a filha, quando a assistente social constata que a garota superou o pai intelectualmente e decide levá-la a um orfanato.

Sugestão para reflexão:

Veja o filme: “Perfume de Mulher”.

- a) Faça uma análise do comportamento e das perspectivas de vida da personagem principal, com deficiência visual, antes e depois de seu

relacionamento com o rapaz que foi contratado como seu cuidador quando seus familiares viajaram. O que mudou? Como mudou e, segundo sua interpretação, o que levou à mudança?

- b) O que acha da escola apresentada no filme, em termos dos conceitos de moral e ética que estudamos?

OBS: esta atividade é apenas uma sugestão e não será exigida na disciplina.

Mas seria interessante poder realizar esta discussão com seus colegas!